



EM MOVIMENTO, MAS AINDA NÃO CHEGÁMOS LÁ

As políticas europeias de mobilidade internacional de estudantes do ensino e formação profissionais iniciais estão a funcionar, mas é preciso fazer mais

Os jovens no ensino e formação profissionais iniciais (EFPI) têm hoje mais oportunidades de fazer parte da sua formação no estrangeiro do que tinham os seus pares há dez anos. Na maioria dos Estados-Membros da UE, estes jovens recebem melhor informação e beneficiam de melhor apoio e financiamento para cobrir uma estadia no estrangeiro para fins de aprendizagem; em muitos casos, existe também um melhor reconhecimento das competências adquiridas quando voltam para o país origem.

Estes progressos devem-se, em larga medida, à **Recomendação do Conselho de 2011** ⁽¹⁾, que destacou dez domínios em que era necessária uma ação política para dar um impulso à mobilidade dos aprendentes do EFPI, nomeadamente a informação e o aconselhamento, o reconhecimento de competências adquiridas no estrangeiro, a portabilidade das bolsas e o apoio aos aprendentes desfavorecidos ⁽²⁾.

No sentido de monitorizar as políticas adotadas pelos Estados-Membros da UE, pela Noruega e pela Islândia para melhorar a mobilidade dos aprendentes do EFPI, incluindo dos aprendizes, a Comissão Europeia mandatou o Cedefop, em 2014, para criar um painel de avaliação da mobilidade específico ⁽³⁾. Operacional desde há já três anos, este instrumento



© Shutterstock/ESB Professional

mostra os progressos alcançados por país nos domínios relevantes. Permite aos decisores políticos, a nível europeu e nacional, assim como aos operadores da mobilidade nos países participantes e a outras partes interessadas, avaliar e comparar as ações por si empreendidas, e ajustá-las, sempre que necessário. De dois em dois anos, o Cedefop atualiza este instrumento com as informações fornecidas pelos seus parceiros nacionais da **ReferNet** ⁽⁴⁾.

A presente nota informativa apresenta os resultados da atualização de 2019 em comparação com a versão de 2017.

A MOBILIDADE NO EFPI DE HOJE E DE AMANHÃ

Continuam a existir limitações à mobilidade dos aprendentes do EFPI.

- Os sistemas de ensino e formação profissionais (EFP) diferem muito de país para país, o que

⁽¹⁾ Recomendação do Conselho, de 28 de junho de 2011, *Juventude em Movimento* — promover a mobilidade dos jovens para fins de aprendizagem.

⁽²⁾ 1. Informação e aconselhamento
2. Questões administrativas e institucionais
3. Reconhecimento dos resultados da aprendizagem
4. Parcerias e financiamento
5. Motivação para a mobilidade
6. Preparação a longo prazo da mobilidade
7. Qualidade da mobilidade
8. Portabilidade das bolsas e dos empréstimos
9. Apoio a aprendentes desfavorecidos
10. Participação dos agentes multiplicadores.

⁽³⁾ O painel de avaliação foi apresentado na nota informativa do Cedefop de setembro de 2016 intitulada *Apoiar a formação e aprendizagem no estrangeiro: o painel de avaliação da mobilidade para o EFP inicial na UE*.

⁽⁴⁾ O painel de avaliação da mobilidade para a EFPI insere-se no âmbito de uma iniciativa mais vasta na qual participam a Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA) e a rede Eurydice, que elabora um painel de avaliação da mobilidade similar para o ensino superior: <https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/en/mobility-scoreboard>

dificulta a atribuição e a acumulação de pontos de crédito. A Recomendação de 2018 relativa ao reconhecimento automático de qualificações é uma constatação do facto.

- Um problema associado à mobilidade dos aprendizes é a questão da remuneração: por que razão um empregador que envia um aprendiz para o estrangeiro continuaria a pagar a sua remuneração quando o benefício do seu trabalho reverte para o empregador que acolhe o aprendiz?
- Continuam a existir problemas para os aprendentes do EFP com menos de 18 anos.

Não obstante, sabendo que a mobilidade no EFPI ajuda os aprendentes a desenvolver competências essenciais num mundo globalizado em rápida mudança, a maioria dos países tem feito um trabalho de identificação dos obstáculos à livre circulação dos aprendentes e de procura de formas para os eliminar ou, pelo menos, para os reduzir.

Neste contexto, o Cedefop está atualmente a fazer uma análise aprofundada da mobilidade transnacional no âmbito dos programas de aprendizagem, a fim de identificar as condições e ações que facilitam a mobilidade dos aprendizes ⁽⁶⁾.

Tanto a Comissão como o Parlamento Europeu propuseram aumentar o orçamento do programa *Erasmus +* para permitir que muitos mais aprendentes do EFP beneficiem da mobilidade.

POLÍTICAS DE MOBILIDADE NO EFPI: PROGRESSOS RECENTES

Nos últimos dois anos, os progressos nesta matéria foram mais visíveis em três domínios: eliminação de barreiras institucionais, reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos no estrangeiro e apoio a aprendentes desfavorecidos.

Vários países reduziram as barreiras administrativas e institucionais à mobilidade (domínio 2). A Croácia começou a recolher dados sobre os problemas com que se deparam os aprendentes, tanto os vêm para o país como os que vão para fora, no intuito de melhor identificar e solucionar esses problemas. Na Hungria, a lei do ensino público que entrou em vigor em 2017 reduziu as formalidades administrativas, permitindo aos aprendentes concluir estudos obrigatórios no estrangeiro sem terem de passar por longos processos de autorização prévia. A Islândia alterou a sua legislação, também em 2017, para permitir o estudo de disciplinas profissionais a nacionais de países terceiros, melhorando o acesso a vistos de

estudo e a autorizações de residência (a lei anterior aplicava-se apenas a estudantes universitários).

No domínio do reconhecimento de competências e conhecimentos adquiridos no estrangeiro também se registaram progressos (domínio 3). A Eslovénia elaborou orientações para o reconhecimento da aprendizagem anterior no ensino secundário, incluindo as competências e os conhecimentos adquiridos através de programas de mobilidade. No Reino Unido, os especialistas encarregados da aplicação do **Sistema Europeu de Créditos do Ensino e Formação Profissionais (ECVET)** encorajaram as organizações envolvidas na mobilidade dos aprendentes do EFPI a usar mais sistematicamente os instrumentos ECVET concebidos para facilitar o reconhecimento das competências e dos conhecimentos adquiridos pelos aprendentes no estrangeiro.

Alguns países promoveram recentemente a participação de estudantes desfavorecidos em atividades de mobilidade (domínio 9). Na Finlândia, por exemplo, foi desenvolvido o projeto *Internacionalização para todos* que se destina a promover práticas de inclusão bem-sucedidas entre os prestadores de EFP e a sensibilizar os aprendentes desfavorecidos para o valor de uma viagem de estudo ao estrangeiro. Em 2017, a Lituânia formulou recomendações para a promoção da participação de aprendentes com necessidades especiais em atividades de mobilidade.

POLÍTICAS DE MOBILIDADE: OS MELHORES ENTRE OS MELHORES

Adotando a metodologia subjacente ao seguimento do processo de Bolonha ⁽⁶⁾, o painel de avaliação da mobilidade no EFPI distingue cinco níveis de realizações a nível nacional no desenvolvimento de políticas de mobilidade: excelente, muito bom, bom, alguns progressos realizados, poucos progressos realizados. Com base nesta metodologia, a análise do Cedefop relativa a 2019 revela que a maioria dos países abordou relativamente bem quatro dos 10 domínios: informação e aconselhamento; parcerias e financiamento; preparação a longo prazo da mobilidade; e qualidade das experiências no estrangeiro. Vários países desenvolveram boas práticas nestes domínios ⁽⁷⁾.

Alguns países reforçaram a informação e a orientação existentes sobre os programas de

⁽⁶⁾ Os resultados iniciais do primeiro estudo temático do Cedefop sobre a mobilidade transnacional a longo prazo no quadro dos programas de aprendizagem deverão estar disponíveis este ano.

⁽⁶⁾ https://www.cedefop.europa.eu/files/methodology_20161121_v.04.pdf

⁽⁷⁾ Para uma panorâmica mais completa das boas práticas políticas observadas, ver: <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/data-visualisations/mobility-score-board/good-practices>

mobilidade, as fontes de financiamento e os procedimentos administrativos. Adicionaram ferramentas que ajudam os aprendentes a definir mais claramente os seus interesses e valores, a identificar as suas competências e a refletir sobre a sua experiência, a formular planos e a tomar decisões orientadas para a carreira, tendo igualmente em conta as perspetivas abertas pelos programas de mobilidade. Estas práticas ajudam os aprendentes do EFPI a integrar os seus planos de aprendizagem e de carreira nos seus objetivos de mobilidade, para tirar o máximo partido dos mesmos; a Estónia, a Finlândia e a Suécia lideram o caminho neste domínio ⁽⁸⁾.

A fim de desenvolver parcerias, alguns países criaram bases de dados (Bulgária, Eslovénia), organizaram seminários de contacto internacionais (República Checa, Roménia), criaram serviços de assistência para instituições de EFP e/ou empresas (Bélgica, Alemanha, França, Chipre, Letónia, Áustria e Finlândia) e participaram em redes internacionais (Estónia, França) ⁽⁹⁾.

As boas práticas em matéria de preparação a longo prazo da mobilidade incluem a garantia do acesso dos aprendentes do EFPI à aprendizagem de línguas estrangeiras ⁽¹⁰⁾, o reforço da sua sensibilização para os contextos interculturais e formação de 360.º graus em competências digitais de base ⁽¹¹⁾, tanto para aprendentes como para professores do EFPI. Neste domínio, é particularmente inspiradora a experiência de Portugal, que tornou a comunicação em línguas estrangeiras obrigatória em todos os programas de EFP do ensino secundário. Desde 2018, a disciplina de Cidadania e desenvolvimento que visa reforçar a sensibilização dos aprendentes para os contextos interculturais, é obrigatória em todos os programas escolares. As aulas de informática são obrigatórias em todos os programas, desde o ensino básico ao ensino secundário ⁽¹²⁾.

Um exemplo interessante em termos de qualidade

⁽⁸⁾ <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/data-visualisations/mobility-scoreboard/country-fiches?countries%5B%5D=323&countries%5B%5D=324&countries%5B%5D=342&fiche%5B%5D=2115&year%5B%5D=2019>

⁽⁹⁾ <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/data-visualisations/mobility-scoreboard/country-fiches?fiche%5B%5D=2157&year%5B%5D=2019>

⁽¹⁰⁾ Esta abordagem tem um sucesso particularmente notável nos casos em que estão também em vigor políticas de aprendizagem precoce de línguas, uma vez que proporcionam uma base sólida a todos os aprendentes e, por conseguinte, também àqueles que mais tarde transitam para o EFPI.

⁽¹¹⁾ A recomendação «Juventude em movimento», de 2011, salienta a importância da promoção das competências digitais com vista a garantir condições de mobilidade ótimas.

⁽¹²⁾ <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/data-visualisations/mobility-scoreboard/country-fiches?countries%5B%5D=338&countries%5B%5D=344&fiche%5B%5D=2176&year%5B%5D=2019>

é a introdução, pela a comunidade francófona da Bélgica, dos chamados indicadores culturais e de tradições, bem como de unidades curriculares sobre convenções comportamentais adequadas, com a ideia de permitir aos estudantes compreender e lidar melhor com as diferenças culturais ⁽¹³⁾.

Há, contudo, uma margem de progresso, pois o nível médio de implementação da Recomendação é apenas «bom». Isto significa que a maioria dos países ainda tem algum caminho a percorrer para alcançar uma pontuação de «muito bom» ou «excelente».

ÁREAS DE PREOCUPAÇÃO

O desempenho dos países em matéria de desenvolvimento de políticas de mobilidade afigura-se fraco em dois domínios em particular.

Em primeiro lugar, os esforços para envolver os aprendentes desfavorecidos nas atividades de mobilidade foram limitados: na maioria dos países, não foram tomadas medidas para além da transmissão de informações sobre o financiamento europeu disponível para os aprendentes com necessidades especiais através do programa *Erasmus +*. Vários países justificam mesmo a falta de atenção específica a este grupo como forma de evitar a estigmatização das pessoas desfavorecidas. Esta visão não tem em conta a necessidade de apoiar os aprendentes desfavorecidos para os colocar em pé de igualdade com os demais.

No entanto, certas iniciativas são dignas de nota. A Alemanha e a Croácia têm feito um trabalho ativo de divulgação de informação e de apoio para cobrir o domínio das necessidades dos aprendentes desfavorecidos; a Estónia e a Lituânia oferecem preparação psicológica e profissional especiais previamente à visita de estudo das pessoas com necessidades educativas especiais; a Alemanha, a Letónia e a Lituânia têm feito publicações nas contas das redes sociais das suas agências nacionais *Erasmus +* sobre experiências de mobilidade bem-sucedidas de aprendentes desfavorecidos, a fim de aumentar a sensibilização e incentivar outros aprendentes a fazerem o mesmo ⁽¹⁴⁾.

Em segundo lugar, as pontuações são bastante fracas no tocante à governação das políticas de mobilidade. Muitos países não definiram objetivos

⁽¹³⁾ <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/data-visualisations/mobility-scoreboard/country-fiches?countries%5B%5D=20418&fiche%5B%5D=2197&year%5B%5D=2019>

⁽¹⁴⁾ <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/data-visualisations/mobility-scoreboard/country-fiches?countries%5B%5D=329&countries%5B%5D=323&countries%5B%5D=324&countries%5B%5D=326&countries%5B%5D=332&countries%5B%5D=333&fiche%5B%5D=2239&year%5B%5D=2019>

e não fazem avaliação na maioria das vertentes da política; estes dois aspetos são indissociáveis, uma vez que a avaliação não faz sentido se não forem estabelecidos objetivos prévios.

IMPLEMENTAÇÃO GLOBAL

A implementação da recomendação *Juventude em Movimento* está a ser monitorizada em conformidade com a metodologia descrita. Para a atualização de 2019 do painel de avaliação da mobilidade, o Cedefop analisou as políticas e estruturas de mobilidade (incluindo a governação das políticas) implementadas por cada país para cada um dos 10 domínios de ação e classificou o desempenho dos países em termos do grau de aplicação dos requisitos da Recomendação. Foi assim possível calcular a pontuação de desempenho, designada «pontuação do indicador», de cada país em cada domínio ou indicador. Um exemplo de indicador é mostrado na caixa 1.

CAIXA 1: INDICADOR RELATIVO AO DOMÍNIO 5 (MOTIVAÇÃO PARA A MOBILIDADE) COMO EXEMPLO DOS INDICADORES DO PAINEL DE AVALIAÇÃO

Portugal promoveu a mobilidade através de clubes de línguas e publicações em meio escolar com artigos sobre testemunhos de alunos, realçando valores como o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais, oportunidades de criação de redes, experiências multiculturais e um maior sentimento de participação nas decisões em matéria de escolhas de ensino e de carreira. Realizou um trabalho de chamada de atenção dos professores e dos pais para a consciência europeia, a cidadania e a participação social. Adotou um quadro de referência para o desenvolvimento de um sentimento de cidadania europeia, a nível dos estabelecimentos do ensino primário e secundário, com vista a promover uma cultura de mobilidade desde uma fase precoce. Espera-se que esta iniciativa contribua para um maior conhecimento junto dos aprendentes dos programas de cooperação europeia, incluindo *Erasmus +* e *eTwinning*. Na região do Algarve, foi criado um plano de ação para a juventude, com a participação de 90 municípios, gabinetes regionais e associações, que tem por ambição a criação de um fundo regional a favor da mobilidade internacional.

Com base nas pontuações dos indicadores, o Cedefop pôde calcular as pontuações em termos de desempenho global a nível nacional. O quadro resultante é de um trabalho ainda em curso, embora a maioria dos países tenha abordado vários domínios.

Os países para os quais existem dados podem ser agrupados em quatro grandes grupos, como mostra o quadro 1:

QUADRO 1: PAÍSES POR NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO

Implementação da Recomendação de 2011 «Juventude em Movimento»	Países
Desempenho excelente (perto da implementação integral)	Nenhum
Muito bom desempenho	DE, LT
Bom desempenho	BG, CZ, EE, FI, FR, LV, LU, NO, UK
Alguns progressos realizados	BE (comunidade germanófona), HR, CY, DK, ES, HU, IS, IRL, IT, MT, PL, PT, SK, SI
Poucos progressos realizados	AT, BE (comunidade flamenga)
Dados insuficientes para permitir a classificação	BE (comunidade francófona), EL, NL, RO, SE

Fonte: Cedefop, base de dados em linha do painel de avaliação da mobilidade no EFPI ⁽¹⁵⁾.

PROGRESSOS POR PAÍS

As tabelas de pontuação de cada país estão disponíveis no [sítio Web do Cedefop](#). Cada tabela de pontuação apresenta uma síntese do grau de desempenho de um determinado país na implementação da Recomendação em cada um dos 10 domínios temáticos e em termos de governação das políticas.

CONCLUSÃO

Em 2021 assinala-se o 10.º aniversário da recomendação *Juventude em movimento*. Em comparação com 2011, o nível de compromisso político na promoção da mobilidade para fins de aprendizagem no âmbito do EFPI mostrará um aumento na maioria dos países monitorizados. Desenvolveram-se e estruturaram-se políticas e sistemas de mobilidade no âmbito do EFPI. Paralelamente ao lançamento do programa Erasmus+ e à sua consolidação em 2014, foram adotadas e estão a ser implementadas outras iniciativas a nível da UE como, por exemplo, o programa Erasmus Pro e a Recomendação do Consel-

⁽¹⁵⁾ <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/data-visualisations/mobility-scoreboard/overview/T1B?table=T1B&year%5B%5D=2019>

ho, de 2018, relativa à promoção do reconhecimento mútuo automático.

No entanto, subsistem obstáculos. A mobilidade no âmbito do EFPI ainda é por vezes percecionada como comportando para os mercados de trabalho locais um risco de perda do investimento em formação caso um número significativo de aprendentes em mobilidade decidia instalar-se no estrangeiro.

Outro problema é o facto de o impacto exato

das políticas levadas a cabo não ser conhecido, por os progressos dos países no desenvolvimento da avaliação das políticas relevantes serem lentos e a União Europeia ainda não dispor de estatísticas sistemáticas e comparáveis neste domínio. Os resultados do inquérito sobre a disponibilidade de estatísticas de mobilidade no EFP, lançado em 2019 pela Comissão Europeia, são aguardados com expectativa.



Nota informativa – 9145 PT

N.º de catálogo: TI-BB-20-002-PT-N

ISBN 978-92-896-2970-6, doi:10.2801/85577

Copyright © Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), 2020

Creative Commons Attribution 4.0 International

As notas informativas são publicadas em alemão, espanhol, francês, grego, inglês, italiano, polaco, português e na língua do país que detém a Presidência da UE. Para as receber regularmente, registe-se em:

www.cedefop.europa.eu/pt/user/register

Pode consultar outras Notas Informativas e publicações do Cedefop em:

www.cedefop.europa.eu/EN/publications.aspx

Europa 123, Thessaloniki (Pylea), GRÉCIA

Endereço postal: Cedefop service post, 57001, Thermi, GRÉCIA

Tel.: +30 2310490111, Fax: +30 2310490020

Email: info@cedefop.europa.eu